



POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: IMPLICAÇÕES E TENDÊNCIAS

POLÍTICAS DE ACCIÓN AFIRMATIVA EN EDUCACIÓN BÁSICA: IMPLICACIONES Y TENDENCIAS

AFFIRMATIVE ACTION POLICIES IN BASIC EDUCATION: IMPLICATIONS AND TRENDS

Fábio Alexandre Ferreira Gusmão¹

RESUMO

Este artigo tem como objetivo avaliar as principais implicações identificadas nas pesquisas empíricas que versam sobre as políticas de ação afirmativa na educação básica. A pesquisa considera políticas de ação afirmativa para a educação básica as medidas legais associadas à educação básica que tem como princípio fundamental alcançar uma sociedade livre, justa e solidária por meio da redução das desigualdades sem quaisquer formas de discriminação. Como estratégia de investigação utilizou-se o método PRISMA e a análise bibliométrica. Os artigos foram selecionados no Portal de Periódicos da CAPES e SciELO no período entre 1996 e 2022. Foram encontradas e examinadas 65 publicações e, a partir desta amostra, criaram-se três categorias, organizadas de acordo com a temática, objetivo e resultado das pesquisas empíricas relacionadas às políticas de ação afirmativa na educação básica. Como resultado, o estudo apontou a necessidade de pesquisas futuras que proporcionem avaliar as consequências das ações afirmativas na educação básica.

Palavras-chave: Ação afirmativa; Educação. Educação básica; Políticas de ação afirmativa.

¹ Doutor em Educação. Mestre em Psicologia da Educação. MBA em Gestão de Negócios e Inteligência Competitiva. Especialista em Supervisão, Orientação, Gestão da Educação Básica e Inspeção Escolar. Licenciatura em Ciências Biológicas. Pesquisador do Grupo de Pesquisa Educação e Sociedade: sujeitos e práticas educativas da Universidade Tiradentes. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3363-6956> E-mail: fa_bio_gus@hotmail.com

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo evaluar las principales implicaciones identificadas en la investigación empírica que se ocupan de las políticas de acción afirmativa en la educación básica. La investigación considera las políticas de acción afirmativa para la educación básica como medidas jurídicas asociadas a la educación básica cuyo principio fundamental es lograr una sociedad libre, justa y solidaria mediante la reducción de las desigualdades sin ningún tipo de discriminación. Como estrategia de investigación se utilizó el método PRISMA y el análisis bibliométrico. Los artículos fueron seleccionados en el Portal de Periódicos da CAPES y SciELO en el período comprendido entre 1996 y 2022. Fueron encontradas y examinadas 65 publicaciones y, a partir de esa muestra, fueron creadas tres categorías, organizadas según el tema, objetivo y resultados de la investigación hallazgos empíricos relacionados con las políticas de acción afirmativa en la educación básica. Como resultado, el estudio señaló la necesidad de futuras investigaciones que permitan evaluar las consecuencias de las acciones afirmativas en la educación básica.

Palabras clave: Acción afirmativa; Educación. Educación básica; Políticas de acción afirmativa.

ABSTRACT

This article aims to evaluate the main implications identified in empirical research that deal with affirmative action policies in basic education. The research considers affirmative action policies for basic education as legal measures associated with basic education whose fundamental principle is to achieve a free, fair and solidary society by reducing inequalities without any form of discrimination. As a research strategy, the PRISMA method and bibliometric analysis were used. The articles were selected from the Portal de Periódicos da CAPES and SciELO in the period between 1996 and 2022. 65 publications were found and examined and, from this sample, three categories were created, organized according to the theme, objective and result of empirical research related to affirmative action policies in basic education. As a result, the study pointed to the need

for future research that allows evaluating the consequences of affirmative actions in basic education.

Keywords: Affirmative action; Basic education; Education. Education Policy.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil a Constituição Federal de 1988 – CF/1988 (BRASIL, 1988) possibilitou a garantia de diversos direitos sociais, políticos e educacionais, além de estabelecer o sistema federativo com a descentralização das políticas sociais e educacionais para os Estados, Municípios e o Distrito Federal. Assim, a CF/1988 é o marco jurídico da transição democrática e da institucionalização dos direitos humanos no Brasil.

A CF/1988 garantiu um estado democrático de direito alicerçado na proteção jurídica e na garantia dos direitos ligados à diversidade de gênero, etnia e culturais e no direito à educação. Ademais, as políticas sociais possibilitaram o fortalecimento da responsabilidade social, da solidariedade entre os cidadãos e do bem-estar social; de modo a contribuir para a criação de políticas de ações afirmativas, de proteção ambiental, de igualdade racial e de gênero, produto da convergência de diversos movimentos sociais e da garantia dos direitos humanos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e educacionais dos cidadãos brasileiros.

Desta forma, surgiu a proposta de construção de um Estado mais sensível às demandas da população em condição de vulnerabilidade socioeconômica e das minorais, por meio da implementação de uma legislação que possibilitou a promoção das atuais políticas de ação afirmativa. Portanto, é dever do Estado assegurar os direitos das minorias, além de prever meios e instrumentos legais para o planejamento, implementação e a execução de ações afirmativas para o enfrentamento dos problemas associados às discriminações e às desigualdades.

É importante salientar que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB/1996 (BRASIL, 1996) no artigo 3, inciso XIV destaca como fundamental o respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva. Ademais, ressalta que a educação básica tem a finalidade de

“desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (art.22). Isso porque a educação precisa garantir uma formação emancipadora e cidadã dos estudantes, de forma que o processo educativo propicie o desenvolvimento humano global nas dimensões intelectual, física, afetiva, social, ética, moral e simbólica dos estudantes da educação básica (BRASIL, 2017).

Em virtude disso, a CF/1988 e a LDB/1996 prevê o direito à educação para toda a população, inclusive para aquelas pessoas que não tiveram acesso à escola em idade apropriada, na infância ou na adolescência. Sendo assim, a legislação atual garante o direito à cidadania, e delega aos sistemas e rede de ensino a responsabilidade de assegurar a educação especial, educação de jovens e adultos, educação básica do campo, educação escolar indígena, educação escolar quilombola. Isso, motivado pela obrigatoriedade legal de promover as políticas de ação afirmativa fundamentadas na inclusão (social, econômica, educacional e das pessoas com deficiência) e na diversidade humana (étnico-racial, religiosa e de gênero).

Em razão desses marcos legais, este artigo considera políticas de ação afirmativa para a educação básica as medidas que possuem amparo na CF/1988, na LDB/1996 e na legislação infraconstitucional associada à educação básica, tendo como princípio fundamental alcançar uma sociedade livre, justa e solidária por meio da redução das desigualdades sociais, econômicas, educacionais e políticas, sem qualquer forma de discriminação (étnica, religiosa, gênero, pessoa com deficiência entre outras). Portanto são ações legais que possibilitam a garantia de diversos direitos econômicos, sociais, políticos e educacionais, e estabelecem importantes dispositivos que promovem a participação das minorias no processo político, acesso à educação, saúde, emprego, bens materiais e a promoção do bem-estar de todos.

Piketty (2020, p.327) ao analisar as políticas antidiscriminatórias e de ações afirmativas destaca que quando

um grupo é vítima de preconceitos e estereótipos antigos e arraigados, como ocorre com as mulheres no mundo inteiro ou alguns grupos sociais específicos em vários países (como as castas baixas na Índia), organizar a redistribuição com



base apenas na renda, no patrimônio e na escolaridade é claramente insuficiente. Pode então ser necessária a implementação de cotas e acessos preferencias[...]

Dessa forma, as políticas de ação afirmativa incluem medidas que englobam tanto a promoção da igualdade material e de direitos básicos de cidadania, como também formas de valorização étnica e cultural. Além dessa perspectiva individual, este direito deve ser visto, sobretudo, de forma coletiva, como uma ação do Estado capaz de desenvolver ações afirmativas em favor de grupos socialmente vulneráveis. Portanto, as políticas de ações afirmativas proporcionam a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, mediante a redução das desigualdades e a promoção do bem de todos, sem quaisquer formas de discriminação.

Diante destas considerações iniciais, este artigo tem como objetivo avaliar as principais implicações identificadas nas pesquisas empíricas que versam sobre as políticas de ação afirmativa na educação básica. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, cuja estratégia de investigação foi a revisão sistemática da literatura. Foram utilizadas as diretrizes de elegibilidade e análise do modelo dos principais itens para relatar revisões sistemáticas, metanálises (PRISMA) e a análise bibliométrica.

2 METODOLOGIA

Com a finalidade de alcançar o objetivo formulado nesta pesquisa, foram utilizadas as diretrizes do método PRISMA (GALVÃO, PASANI, HARRAD, 2015) e a análise bibliométrica proposta por Chueke e Amatucci (2015). As etapas da revisão sistemática da literatura estão descritas a seguir:

A etapa 1 foi destinada à seleção das bases de busca da produção científica, sendo elas: Portal de Periódico da CAPES (<https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/>) e Scientific Electronic Library Online- SciELO (<https://www.scielo.br/>), as quais reúnem periódicos científicos em português, inglês e espanhol.

A etapa 2 constituiu-se pela definição das palavras-chave como termo de busca. A seleção foi realizada no Thesaurus Brasileiro da Educação (BRASIL, 2022a), o que

proporcionou identificar as palavras-chave (descritores) mais recorrentes na área da educação, a saber: ação afirmativa, affirmative action, acción afirmativa; direitos humanos, human rights, derechos humanos; educação especial, special education, educación especial; educação inclusiva, educational inclusión, inclusión educativa; pessoa com deficiência people with disabilities, persona discapacitada; relações raciais, racial relations, relaciones raciales.

A etapa 3 compreendeu a seleção dos parâmetros de busca utilizados em cada base. As pesquisas empíricas foram selecionadas no período entre janeiro de 1996 a dezembro de 2022. A investigação teve como ponto de partida a CF/ 1988 e a LDB/1996, por se tratar dos marcos legais que regulamentam a educação básica formal.

Os critérios de exclusão e inclusão aplicados ao resultado da busca foram organizados da seguinte maneira:

Quadro 1 - Critérios de exclusão

| Referência | Critérios de exclusão (CE) |
|------------|---|
| CE 1 | Texto na forma de ensaio teórico, de caráter opinativo sem rigor metodológico, teórico e crítico. |
| CE 2 | Artigos não classificados pelo Qualis-Periódicos CAPES no quadriênio 2017 – 2020. Artigos identificados nos periódicos dos estratos indicativos A1; A2; A3; A4; B1; B2; B3; B4 e C (BRASIL, 2022b). |
| CE 3 | Artigos não revisados por pares |

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quadro 2 - Critérios de inclusão

| Referência | Critérios de inclusão (CI) |
|------------|--|
| CI 1 | Estudos empíricos de abordagem: qualitativa, quantitativa e misto com seus respectivos métodos de investigação. |
| CI 2 | Artigos oriundos de periódicos classificados pelo Qualis-Periódicos CAPES no quadriênio 2017 – 2020 (BRASIL, 2022b). |
| CI 3 | Artigos revisados por pares |

Fonte: Elaborado pelo autor.

Na etapa 4 foi realizada a seleção da produção científica identificada na base de dados a partir dos critérios apresentados nos quadros 1 e 2, sendo a amostra definida por conveniência, ou seja, constituída por pesquisas empíricas avaliadas com base nos critérios estabelecidos previamente.

A etapa 5 visou a identificação das publicações no formato de artigo científico. Inicialmente, os artigos foram selecionados a partir da leitura do resumo; posteriormente, realizou-se a leitura do texto na íntegra para avaliar a qualidade do estudo e seu alinhamento com os critérios pré-estabelecidos. Foram identificadas 5.009 publicações e, quando excluídas as duplicadas, restaram 65.

Na etapa 6 aplicou-se o método bibliométrico para colaborar na sistematização da produção científica em um determinado campo do saber e apontar novas perspectivas de investigação (CHUEKE; AMATUCCI, 2015). Para alcançar esta finalidade, o método bibliométrico considerou as leis que regem estes estudos (Quadro 3).

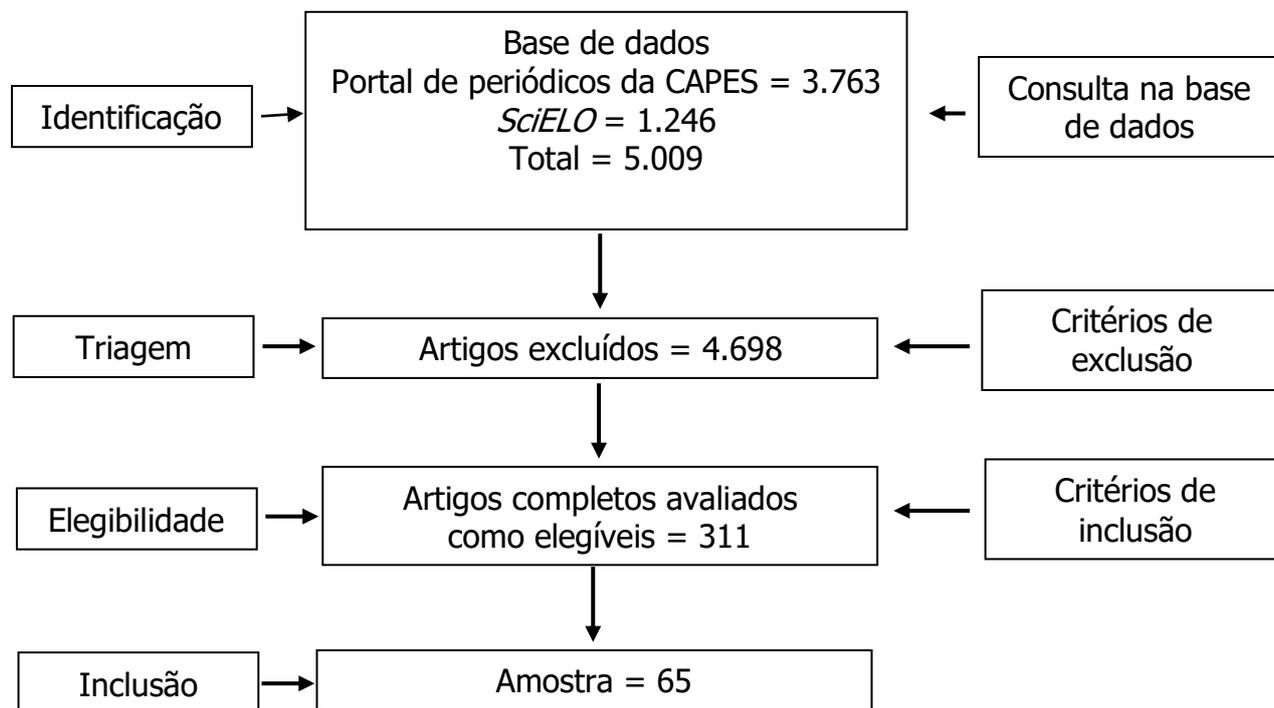
Quadro 3 - Normas que regem os estudos bibliométricos.

| Leis | Medida | Critério | Objetivo principal |
|-----------------|------------------------------|-------------------------|---|
| Lei de Bradford | Grau de atração do periódico | Reputação do periódico | Identificar os periódicos mais relevantes e que dão maior vazão a um tema específico. |
| Lei de Zipf | Frequência de palavras-chave | Lista ordenada de temas | Estimar os temas mais recorrentes relacionados a um campo do conhecimento. |
| Lei de Lotka | Produtividade autor | Tamanho-frequência | Levantar o impacto da produção de um autor numa área de conhecimento. |

Fonte: Chueke e Amatucci (2015).

Por fim, na etapa 7 foi realizada a análise e interpretação dos resultados. Após a leitura efetiva dos artigos selecionados utilizou a análise qualitativa, ponderando seus aspectos principais para identificar as principais implicações, problemas e limitações das pesquisas empíricas relacionadas com as políticas de ação afirmativa na educação básica. A Figura 1 apresenta os procedimentos de coleta e definição da amostra da pesquisa.

Figura 1 - Fluxograma dos artigos selecionados.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Para a análise da amostra ($n = 65$) foram utilizados os softwares: Zotero (versão 5.0.96.3), para o gerenciamento das referências bibliográficas; Excel (versão 2013), para analisar quantitativamente os artigos e gerar tabelas. Destacou-se, ainda, com base nas informações obtidas do currículo Lattes, em abril de abril de 2023, os autores com maior número de publicações.

3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DO DADOS

3.1 Análise bibliométrica das publicações

O levantamento bibliográfico realizado no Portal de Periódico da CAPES e do SciELO resultou em 5.009 artigos. Destes, 65 estavam de acordo com os critérios de inclusão da revisão sistemática, o que corresponde à amostra examinada.

Dos artigos encontrados, 88,0% possuem Qualis A, sendo 43,0%, 16,5, 15,0% e 13,5, respectivamente A1, A2, A3 e A4. Além disso, 10,5% dos artigos possuem Qualis

B1 e 1.5%, C. Logo, os resultados da pesquisa bibliográfica demonstram os critérios de seleção adotados possibilitaram identificar as pesquisas publicadas mais relevantes.

No que se refere aos periódicos examinados, identificou-se que os artigos foram publicados em 41 periódicos. As publicações mais recorrentes se concentram em 7 periódicos: "FINEDUCA: Revista de Financiamento da Educação", "Educação e Políticas em Debate", "Educação & Sociedade", "Archivos Analíticos de Políticas Educativas / Education Policy Analysis Archives", "Educação e Pesquisa", "Revista de Administração Pública" e "Educação em Revista", respectivamente 14,7%, 14,7%, 12,2%, 0,7%, 0,7%, 0,7% e 0,7%. Estes periódicos representam cerca de 44,4% das publicações identificadas.

Com relação aos três periódicos com maiores percentuais de artigos identificados, tem-se: "FINEDUCA: Revista de Financiamento da Educação" (14,7%), "Educação e Políticas em Debate" (14,7%) e "Educação & Sociedade" (12,2%). O primeiro tem por objetivo divulgar estudos, pesquisas, reflexões e concepções teóricas e metodológicas do campo da pesquisa em financiamento da educação. O segundo destina-se à divulgação dos resultados de pesquisas e experiências inéditas associadas a temática: estado, políticas e gestão em educação. Por fim, o terceiro periódico publica artigos fundamentados em teoria social, cujas temáticas são centradas nas relações entre a educação e a sociedade.

De modo geral, no que concerne ao critério de reputação dos periódicos para identificar os mais relevantes e que dão maior vazão a um tema específico, fundamentou-se na Lei de Bradford (Quadro 4), tendo como base as métricas de citação H index e o Scimago Journal Rank (SJR). Quanto aos periódicos de acordo com a área de conhecimento, têm-se as seguintes conclusões: educação com 95,4% e 4,6% economia.

O indicador SJR, o H index e o Qualis da Capes foram utilizados para conferir a relevância do periódico, obtendo-se como resultados: Educação & Sociedade (H index = 24, SJR = 0,28, A1), Revista de Administração Pública (H index = 17, SJR = 0,4, A1), Archivos Analíticos de Políticas Educativas / Education Policy Analysis Archives (H index = 50, SJR = 0,47, A1), Psicologia Escolar e Educacional (H index = 11, SJR = 0,18, A2),

Cadernos de Pesquisa (H index = 17, SJR = 0,24, A1), Psicologia: Teoria e Pesquisa (H index = 23, SJR = 0,15, A1), Revista Brasileira de Educação (H index = 16, SJR = 0,28, A1) para educação. Na economia, destaca-se a revista Estudos Econômico (H index = 12, SJR = 0,24, A1).

Ao analisar a autoria dos artigos, identifica-se um total de 154 autores ou coautores diferentes. Destes, 87,7% dos artigos foram escritos em coautoria e somente 12,3% por um autor. Observa-se que uma autora se destaca em função da autoria e coautoria em mais de um artigo, Aline Kazuko Sonobe, com 3 trabalhos em coautoria (sendo 2 como primeira autora, 1 como segunda autora). A mencionada autora é doutora em educação pela Universidade Federal do Estado do Paraná. Suas linhas de pesquisa são: Políticas Públicas e Organização do Trabalho Educacional e Políticas Educacionais

O cálculo da lei de Lotka, o qual aponta a necessidade de mapear os autores que possuem maior número de produção e, portanto, grande valor em uma área do conhecimento, mostrou-se relevante, isso porque permite avaliar o impacto das publicações na área da educação. Nesta perspectiva, Aline Kazuko Sonobe foi a autora que revelou maior número de citações, no entanto, não apresentou registro na plataforma Scopus (SJR, 2023).

Partindo para análise da Lei de Zipt (Quadro 4), medida pela frequência das palavras-chave keywords presentes nos artigos científicos, foi possível obter o seguinte resultado: FUNDEB, educação e education, relações étnicas-raciais e ethnic-racial relations foram encontrados quatorze e onze vezes, respectivamente, ou seja, são os descritores que se repetem mais vezes nos artigos examinados.

3.2 Análise das publicações

A partir das análises bibliométrica apresentadas anteriormente, partiu-se para um estudo aprofundado das pesquisas empíricas examinadas (Quadro 4). Com base nos resultados, foi possível a criação de 03 (três) categorias, organizadas de acordo com a

temática, objetivo e resultado das pesquisas empíricas relacionadas as políticas de ação afirmativa na educação básica.

Quadro 4 - Categorização das publicações (n=65).

| Categorias | n (%) | Referências |
|---------------------------------------|---------------|--|
| Igualdade de oportunidade educacional | 30 (43,0%) | Agra (2012); Alves (2008); Bernardo <i>et al</i> (2020); Brito, Cunha e Siveres (2018); Campos e Cruz (2009); Cavalcanti e Oliveira (2021); Conceição, Mota e Dourado (2021); Costa e Bartholo (2014); Costa, Menezes e Pereira (2021); Cruz e Rocha (2018); Cruz e Sonobe (2020); Davies e Alcântra (2020); Gomes e Melo (2021); Hermida e Albuquerque (2021); Hirata, Melo e Oliveira (2022); Júnior, Minori e Frota (2019); Leite <i>et al</i> (2017); Lobo e Costa (2022); Marialva, Rodrigues e Aquino (2021); Mendonça e Schmidt (2021); Moura, Zucchetti e Barreto (2015); Ribeiro (2022); Santana, Medeiros e Gonçalves (2020); Santos, Callegari Callegari (2022); Silveira <i>et al</i> (2017); Sobreira e Campos (2008); Sonobe e Pinto (2015); Sonobe, Pinto e Ribeiro (2018); Souza e Gouveia (2011); Tripodi, Delgado e Januário (2022). |
| Relações étnico-raciais | 24 (40,0%) | Agostinho e Brega-Filho (2011); Bandeira, Diógenes e Silva (2021); Bersani (2017); Budiño e Pommer (2021); Chaves <i>et al</i> (2020); Cintra e Weller (2021); Costa, Pinto e Torres (2017); Coutinho, Arruda e Oliveira (2021); Eugênio e Leal (2022); Fonseca e Rocha (2019); Leite e Silva (2016); Lima e Rego (2017); Lorenzo (2012); Matos, Bispo e Lima (2017); Moura e Taborill (2018); Oliveira, Sousa e Valentim (2021); Queiroz e Amaral (2020); Silva e Leão (2012); Sousa e Noronha (2021); Souza <i>et al</i> (2018); Souza, Silva e Santos (2020); Teixeira, Lima e Silva (2022); Tomaim e Tomaim (2009); Valente (2005). |
| Inclusão das pessoas com deficiência | 11 (17,0%) | Agra e Costa (2021); Baptista (2019); Dainez, Smolka e Souza (2022); Kasper, Loch e Pereira (2008); Loureiro e Silva (2021); Meletti (2014); Rafante <i>et al</i> (2019); Schabbach e Rosa (2021); Silva <i>et al</i> (2020); Souza <i>et al</i> (2014); Tada <i>et al</i> (2012). |

Fonte: Elaboração própria.

A primeira categoria, igualdade de oportunidade educacional, é representada por 30 (43,0%) publicações, destas, 21 foram de abordagem quantitativa e utilizaram o método estatístico; 7 foram qualitativas, utilizando-se as seguintes estratégias de

investigação: estudo de caso, análise de documentos, pesquisa bibliográfica, exploratória e descritiva; e 2 qualitativa–quantitativa, sendo uma de caráter exploratório e método misto.

Esta categoria reúne publicações que examinaram como as políticas públicas de financiamento educacional (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério –FUNDEF; Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério –FUNDEB; Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE) garantem que a origem social, econômica, cultural, étnico-racial, religiosa e das pessoas com deficiência não sejam um obstáculo para que todos os estudantes matriculados na educação básica recebam a educação escolar. Isso porque é fundamental garantir os princípios legais de qualidade e equidade, de forma que assegure o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes em sua trajetória acadêmica.

A segunda categoria, relações étnico-raciais, é representada por 24 (40,0%) publicações, sendo 21 foram de abordagem qualitativa, utilizando-se as seguintes estratégias de investigação: grupo focal, estudo de caso, entrevistas, análise documental, análise de conteúdo, análise histórico-critica, observação participante, oficina pedagógica, pesquisa empírica e bibliográfica; 2 foram de abordagem quantitativa e utilizaram o método estatístico; e 1 qualitativa–quantitativa com análise de dados de survey e entrevistas. Esta categoria é formada por normas legais que garantem o respeito à diversidade humana, o apreço à tolerância, às diversas maneiras de se expressar, à liberdade de pensamento e modos de viver presentes na nossa sociedade.

O exame dessa categoria permitiu avaliar como a inclusão no currículo escolar da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” (BRASIL, 2008), do estatuto da igualdade racial (BRASIL, 2010) e das cotas sociais e raciais (BRASIL, 2012) contribuíram para a construção de uma sociedade mais igualitária por meio de políticas de ação afirmativa de caráter reparador, de justiça educacional, distributiva, compensatório com a finalidade de diminuir ou erradicar práticas discriminatórias e a desigualdade contra as minorias

A terceira categoria, inclusão das pessoas com deficiência, é representada por 11 (17,0%) publicações, 9 foram qualitativas, utilizando-se as seguintes estratégias de investigação: estudo de caso, análise de documentos, análise do discurso, pesquisa bibliográfica, exploratória e etnográfica; e 2 quantitativa que utilizaram o método estatístico. Esta categoria é formada por publicações que examinam as normas legais que asseguram e promovem os direitos fundamentais das pessoas com deficiência, visando a sua inclusão social e educacional; e viabiliza a prevenção de todas as formas de discriminação, exclusão e violência contra as pessoas com deficiência na educação básica.

Entende-se, a partir do que fora mencionado acerca das três categorias em análise, que as políticas de ação afirmativa incluem medidas que englobam tanto a promoção da igualdade material e de direitos básicos de cidadania, como também formas de valorização étnica e cultural. Além dessa perspectiva individual, este direito deve ser visto, sobretudo, de forma coletiva, como uma ação do Estado capaz de desenvolver ações afirmativas em favor de grupos socialmente vulneráveis. Portanto, as políticas de ações afirmativas proporcionam a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, mediante a redução das desigualdades e da promoção do bem-estar de todos, sem qualquer forma de discriminação.

3.3 Principais implicações, problemas e limitações identificadas nas pesquisas empíricas

A análise sobre as principais implicações acerca das políticas de ação afirmativa na educação básica foi organizada a partir dos dados e discussões dos resultados das pesquisas empíricas, cujas informações viabilizaram a criação do Quadro 5.

Quadro 5 - Principais implicações apontadas pelas pesquisas empíricas relacionadas as políticas de ação afirmativa na educação básica conforme a categorização das publicações.

| |
|---------------------------------------|
| Igualdade de oportunidade educacional |
|---------------------------------------|



Na dimensão econômica o FUNDEB possibilitou o aumento dos recursos financeiros para os estados e municípios, ampliação do investimento médio por estudante, aumento de crianças e adolescentes atendidas na rede de ensino pública e na valorização dos profissionais da educação. Ademais, contribuiu para a redução da desigualdade de gasto por aluno e maior equidade no financiamento da educação básica entre os municípios, mas também colaborou para minimizar as desigualdades regionais existentes no país.

Na dimensão política o FUNDEB demonstrou capacidade para induzir a colaboração entre União, Estados e Municípios na reorganização das relações federativas, na oferta da educação obrigatória e na redistribuição dos recursos financeiros.

Na dimensão educacional o FUNDEF e o FUNDEB apontam, de modo geral, para efeitos positivos sobre a frequência escolar e a defasagem idade-série. Observa-se, ainda que tais efeitos são maiores para crianças com perfil socioeconômico mais baixo. Todavia, as pesquisas, ainda não apresentam evidências consistentes sobre o impacto dos fundos no rendimento escolar dos estudantes aferidos pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

Relações étnico-raciais

Verifica-se que os estudantes cotistas dos institutos federais não apresentam os conhecimentos prévios necessários para o acompanhamento dos cursos, e que essa situação os diferencia da maioria dos estudantes oriundos de escolas privadas e daqueles que tiveram melhores oportunidades de aprendizagem na rede pública.

Constata-se que os estudantes pardos que compartilham uma situação socioeconômica parecida com a dos pretos, sofrem menos discriminação racial do que os alunos pretos. Isso indica que apesar de estudantes pretos e pardos compartilharem situações socioeconômicas parecidas, não constituem um grupo homogêneo na sua percepção sobre a discriminação.

A implementação da reserva de vagas com componente racial no ensino médio da rede federal de educação, a partir da lei 12.711 (BRASIL, 2012), promoveu o aumento da diversidade étnico-racial nas instituições federais de ensino regular e técnico, o que significa que políticas de ações afirmativas voltadas para o acesso ao ensino público federal contribuiu para o aumento da diversidade e para diminuição da desigualdade socioeconômica entre os estudantes.

As pesquisas identificaram que a discriminação e o racismo afetam negativamente os jovens pretos de classes sociais diferentes. Além disso, observou-se que as situações de racismo seguem atuais e recorrentes e não são invisibilizadas pela condição socioeconômica.

As pesquisas revelaram maior abordagem da história e da cultura afro-brasileira e africana e menor exploração da história e da cultura indígena nos currículos escolares.



Isso, provavelmente pode estar relacionado à dificuldade de encontrar materiais de pesquisa e formação que possibilitem o estudo ampliado da contribuição da cultura indígena para o processo de formação da cultura brasileira.

Inclusão das pessoas com deficiência

Os resultados das pesquisas demonstram que as políticas de ações afirmativas com foco na inclusão das pessoas com deficiência contribuíram para o aumento progressivo dos alunos que possuem alguma deficiência nas escolas públicas regulares.

A educação inclusiva demanda compromisso político-pedagógico coletivo de professores, gestores e familiares em prol da democratização da escola. Assim, a educação inclusiva possibilita experiências de ensino e aprendizagem solidárias, centradas na humanização de estudantes com deficiência.

A difusão de políticas, ações governamentais e a criação de uma legislação específica introduziram a perspectiva da inclusão na educação escolar, e propiciou a ampliação do acesso à escolarização das pessoas com deficiência no sistema regular de ensino.

A presença dos diferentes alunos com deficiência dentro da escola regular ressalta os limites das instituições de educação formal. Isso porque, intensifica os problemas da educação em geral (qualidade das nossas escolas, o baixo investimento, o embate constante para a superação das desigualdades, o problema da formação docente, a luta cotidiana de nossos professores nas condições precárias de trabalho, etc.).

Fonte: Elaborado pelo autor.

Por fim, acrescenta-se que, em consequência da análise das pesquisas empíricas (Quadro 4) foi possível identificar os principais problemas e limitações das políticas de ação afirmativa na educação básica, os quais são descritos a seguir:

1. A necessidade de garantir recursos financeiros suficientes para o estabelecimento e a implementação de um valor por aluno suficiente para a garantia de qualidade e equidade na educação básica em todo o território nacional;
2. As pesquisas identificaram que em comunidades indígenas, quilombolas e assentamentos, existe maior dificuldade para desenvolver as políticas de ações afirmativas na educação básica;
3. A persistência da desigualdade étnico-racial, mesmo após a implementação do FUNDEF e de FUNDEB. Isso porque não se verifica uma equidade entre rendimento acadêmico de alunos brancos e pretos no país, sendo observada uma persistência da desigualdade, mesmo após maior aporte de recursos trazidos pelas políticas de financiamento;



4. Diversos resultados das pesquisas empíricas indicam que o recebimento de recursos financeiros (FUNDEF e FUNDEB) não necessariamente implicou relação direta com a melhoria do rendimento escolar dos estudantes e dos indicadores educacionais relacionados ao processo educativo. Existem outros elementos, a exemplo: questões políticas, psicológicas, afetivas, culturais, históricas, demográficas, sociológicas, entre outros, que também afetam as políticas de ações afirmativa, indicando a necessidade de novos estudos que adensem à discussão;
5. A restrição das políticas de ações afirmativas em atos pontuais circunscrito a datas festivas sem a devida contextualização histórica, social, cultural, econômica e política pode ter como consequência a descontextualizado e descaracterização dos movimentos sociais, culturais e étnico-racial; mas também pode criar estereótipos das pessoas que compõem as minorias;
6. A necessidade de uma formação inicial e continuada para todos os docentes que atuam na modalidade: educação especial, educação do campo, indígena e quilombola;
7. A escassez de pesquisas empíricas para avaliar o impacto das políticas de ações afirmativas na educação básica sobre os indicadores educacionais (rendimento acadêmico, taxas de matrícula, aprovação, reprovação, abandono, repetência, defasagem idade-série e proporção dos alunos matriculados de acordo com a idade escolar);
8. Os resultados das pesquisas sugerem que a Lei 11.645 (BRASIL, 2008), como ação afirmativa, necessita ser melhor examinada nas instituições de educação básica, bem como efetivamente incorporar no currículo escolar a diversidade de etnias e de culturas;
9. Existe a necessidade de uma análise aprofundada acerca dos indicadores educacionais associados ao acesso, permanência e da escolarização das pessoas com deficiência e da população preta, parda e indígena, de forma que permita avaliar o impacto das políticas e ações afirmativas nesses grupos específicos.;
10. Por fim, constata-se a grande carência nas escolas regulares de uma infraestrutura física adaptada para receber o aluno com deficiência, falta de recursos didático-

pedagógicas, capacitação dos profissionais envolvidos e a ausência sobre o diagnóstico da deficiência de alguns alunos incluídos.

De acordo com a revisão dos estudos apresentados, entende-se que as “ações afirmativas são compreendidas como formas de políticas públicas ou privadas que objetivam ir além das ações do Estado na promoção do bem-estar e da cidadania para garantir igualdade de oportunidades com intenção de ampliar as ações de inclusão social” [...] (AGRA, 2012, p.613). Portanto, as ações afirmativas apresentam-se como instrumentos de promoção da igualdade e equidade que, ainda de caráter provisório, conseguem promover a emancipação das minorias historicamente excluídas da sociedade

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta revisão sistemática da literatura teve como objetivo avaliar as principais implicações identificadas nas pesquisas empíricas que versam sobre as políticas de ação afirmativa na educação básica, utilizando-se as diretrizes do método PRISMA e a análise bibliométrica. Foram encontrados e examinados 65 artigos e, a partir destes se verificou que: 88,0%, 10,5% e 1,5%, respectivamente, Qualis A, B1 e C, cujos resultados demonstram que os critérios de seleção adotados possibilitaram identificar as pesquisas empíricas mais relevantes para a área educacional.

As análises das categorias apresentadas demonstram o maior percentual de pesquisas empíricas pertencentes à categoria igualdade de oportunidade educacional (43,0%). Essa categoria é caracterizada por publicações que examinam normas legais associadas à garantia de que a origem social e econômica do indivíduo não seja um obstáculo para que todos os estudantes matriculados na educação básica recebam a educação escolar. Assim, é fundamental examinar como o FUNDEF, FUNDEB, PDDE, ou seja, políticas públicas de financiamento educacional garantem os princípios legais de qualidade e equidade que asseguram o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes na educação básica. Ademais, verificou-se que 40,0% e 17,0%, referem-se,

respectivamente, à categoria relações étnico-raciais e inclusão das pessoas com deficiência.

É importante enfatizar algumas limitações deste estudo. Em primeiro lugar, a necessidade de utilizar novas fontes de informação, outras bases de dados e diferentes tipos de publicações como teses, dissertações, livros e informes técnicos. Segundo, refere-se à necessidade de ampliar a busca usando outros termos associados às palavras-chave e/ou outros parâmetros de busca nas bases das publicações. Por fim, apenas a utilização de dados secundários (resultados de pesquisas empíricas).

Conclui-se, enfatizando a necessidade de pesquisas empíricas futuras que desenvolvam novas estratégias de pesquisa que empreguem princípios metodológicos mais adequados às pesquisas qualitativas, quantitativa e mistas, de forma que permitam investigar o problema para obtenção de dados robustos, consistentes e confiáveis que direcionem a análise e interpretação dos resultados. Ademais, sugere-se examinar como os indicadores educacionais, as questões políticas, jurídicas, econômicas, culturais e religiosas afetam a execução, formulação, reformulação e o aprimoramento das políticas de ações afirmativas na educação básica.

REFERÊNCIAS

- AGOSTINHO, L. O. V.; BREGA FILHO, V. Por um olhar democrático às ações afirmativas. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 92, n. 232, p. 455-476, 2011. <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.92i232.662>
- AGRA, K. L. O. A neutralização das discriminações por meio da educação da criança. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 93, n. 235, p. 612-626, 2012. <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.93i235.408>
- AGRA, M.; COSTA, V. A. Políticas de Educação Inclusiva e Práxis Pedagógica na Escola Pública: Experiências no Brasil. **Revista Lusófona de Estudos Culturais**, Portugal, v. 8, n. 2, p. 21–39, 2021. <https://doi.org/10.21814/rlec.3484>
- ALVES, F. Políticas educacionais e desempenho escolar nas capitais brasileiras. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v.38, n.134, p.413 – 440, 2008. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742008000200008>
- BANDEIRA, E. C.; DIÓGENES, D. J. N.; SILVA, C. S. Ensino médio integrado e ações afirmativas: o perfil racial discente do IFCE campus Jaguaribe. **Revista da ABPN**,



Goiânia, v. 13, p. 38-56, 2021. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1235>. Acesso em: 10 mar.2022.

BAPTISTA, C. R. Política pública, Educação Especial e escolarização no Brasil **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.45, p. 1-19, 2019. <https://doi.org/10.1590/S1678-4634201945217423>

BERNARDO, J. S. *et al.* Implicações dos repasses constitucionais na qualidade da educação municipal das regiões Norte e Nordeste do Brasil. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.46, p. 1-19, 2020. <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202046218302>

BERSANI, H. Racismo estrutural e o direito à educação. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, v. 8, n. 3, p. 380–397, 2017. <https://doi.org/10.22294/eduper/ppge/ufv.v8i3.892>

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/566968/CF88_EC105_livro.pdf. Acesso em: 12. mar. 2023.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Plataforma Sucupira. Brasília: CAPES, 2022b.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 30 out. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 março de 2008**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 06 jul.2022.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em 15 abr.2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm. Acesso em: 12 mar. 2023

BRASIL. Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Thesaurus Brasileiro da Educação**. 2022a. disponível em: <https://vocabularyserver.com/brased/>. Acesso em 10 dez 2021.

BRITO, R. O.; CUNHA, C.; SIVERES, L. Gestão participativa e sustentabilidade socioambiental: um estudo em escolas da rede pública de Sobral-CE. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 24, n. 2, p. 395-410, 2018. <https://doi.org/10.1590/1516-731320180020009>

BUDIÑO, N. Z. L.; POMMER, R. M. G. Relações étnico-raciais, direitos humanos e ações afirmativas. **Revista Intersaberes**, Curitiba, v. 16, n. 38, p. 841–856, 2021. <https://doi.org/10.22169/revint.v16i38.1883>

CAMPOS, B. C.; CRUZ, B. P. A. Impactos do Fundeb sobre a qualidade do ensino básico público: uma análise para os municípios do estado do Rio de Janeiro. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.43, n.2, p. 371-393, 2009. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122009000200005>

CAVALCANTI, C. R.; OLIVEIRA, R. F. Mecanismos redistributivos na assistência financeira da união no âmbito da educação básica. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.35, p. 1-22, 2019. <https://doi.org/10.1590/0102-4698194676>

CHAVES, K. G. O. *et al.* Permanência e Êxito Escolar: análise do desempenho acadêmico de estudantes ingressantes no ensino médio integrado do IFRN/Caicó através das cotas étnico-raciais no ano de 2014. **Revista Educação e Políticas em Debate**, Uberlândia, v. 9, n. 3, p. 672–691, 2020. <https://doi.org/10.14393/REPOD-v9n3a2020-57880>

CHUEKE, G. V.; AMATUCCI, M. O que é bibliometria? uma introdução ao fórum. **Revista Eletrônica de Negócios Internacionais**, São Paulo, v.10, n. 2, p. 1-5, 2015. <https://doi.org/10.18568/1980-4865.1021-5>

CINTRA, É. D.; WELLER W. Jovens negras no ensino médio público e privado: leituras interseccionais sobre suas vivências e percepções do racismo. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 37, p. 1– 23, 2021. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.76051>

CONCEIÇÃO, S. H.; MOTA JÚNIOR, A. M.; DOURADO, G. B. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos profissionais da educação (FUNDEB): uma década da política pública na região metropolitana de Salvador (RMS). **Revista Educação e Políticas em Debate**, Uberlândia, v. 10, n. 1, p. 316-341, 2021. <https://doi.org/10.14393/REPOD-v10n1a2021-57769>

COSTA, G. S.; PINTO, R. G. S.; TORRES, L. R. O. Educação para as relações étnico-raciais no município de Caxias-MA sob a perspectiva das leis 10.639/2003 e 11.645/2008. **Formação Docente – Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores**, Belo Horizonte, v. 9, n. 17, p. 163–176, 2017. <https://doi.org/10.31639/rbpf.v9i17.157>

COSTA, J, M. A.; MENEZES, M. A. S.; PEREIRA, R. S. P. A política de fundos na educação básica brasileira: efeito redistributivo do Fundeb em municípios baianos. **Revista Educação e Políticas em Debate**, Uberlândia, v. 10, n. 1, p. 135-152, 2021. <https://doi.org/10.14393/REPOD-v10n1a2021-58256>

COSTA, M.; BARTHOLO T. L. Padrões de segregação escolar no Brasil: um estudo comparativo entre capitais do país. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1183-1203, 2014. <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302014144444>

COUTINHO, G. S.; ARRUDA, D. O.; OLIVEIRA, T. A política de cotas nos segmentos da educação básica no Colégio Pedro II. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 42, p.1-19, 2021. <https://doi.org/10.1590/ES.254900>

CRUZ, G.; ROCHA, R. Efeitos do FUNDEF/B sobre Frequência Escolar, Fluxo Escolar e Trabalho Infantil: Uma Análise com Base nos Censos de 2000 e 2010. **Estudos**

Econômicos, São Paulo, v.48 n.1, p. 39-75, 2018. <https://doi.org/10.1590/0101-4161481239gcr>

CRUZ, R. E.; SONOBE, A. K. A oferta do Ensino Fundamental no contexto do FUNDEB. **FINEDUCA – Revista de Financiamento da Educação**, Porto Alegre, v. 10, n. 26, p. 1-20, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/103698/58642>. Acesso em 10 mai. 2022.

DAINEZ, D.; SMOLKA, A. L. B.; SOUZA, F. F. A dimensão constitutiva do meio: implicações políticas e práticas em educação especial. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 43, p. 1-17, 2022. <https://doi.org/10.1590/ES.256418>

DAVIES, N.; ALCÂNTARA, A. B. Fundeb: uma avaliação da evolução do número de matrículas e escolas na educação básica. **FINEDUCA – Revista de Financiamento da Educação**, Porto Alegre, v. 10, n. 27, p. 1-20, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/104054/58657>. Acesso em 10 mai. 2022.

EUGENIO, B.; LEAL, C. N. A educação das relações étnico-raciais no currículo praticado em uma escola no campo. **ODEERE: Revista do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade**, Jequié, v. 7, n. 3, p. 167-180, 2022. <https://doi.org/10.22481/odeere.v7i3.11207>

FONSECA, M. V.; ROCHA, L. F. R. O processo de institucionalização da lei n. 10.639/2003 na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.35, p.1-19, 2019. <https://doi.org/10.1590/0102-4698187074>

GALVÃO, T. F.; PANSANI, T. S. A.; HARRAD, D. Principais itens para relatar revisões sistemáticas e meta-análises: a recomendação PRISMA. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 24, n. 2, p. 335-342, 2015. DOI: <https://doi.org/10.5123/S1679-49742015000200017>

GOMES, S.; MELO, F. Y. M. Por uma abordagem espacial na gestão de políticas educacionais: equidade para superar desigualdades. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 42, p. 1-19, 2021. <https://doi.org/10.1590/ES.234175>

HERMIDA, J. F.; ALBUQUERQUE, Eduardo Fernando. Financiamento da educação na Paraíba: os primeiros anos do FUNDEB (2007 a 2014). **Debates em Educação**, Maceió, v. 13, n. 31, p. 692-718, 2021. <https://doi.org/10.28998/2175-6600.2021v13n31p692-718>

HIRATA, G.; MELO, L.; OLIVEIRA, J. B. O Fundeb e a questão da equidade. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v.76, n. 2, p.174-196, 2022. <https://doi.org/10.5935/0034-7140.20220009>

JÚNIOR, M. C. O.; MINORI, A. M.; FROTA, M. S. Recursos destinados à educação e resultados alcançados no Ideb de uma capital brasileira. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 17, n. 3, Rio de Janeiro, 2019. <https://doi.org/10.1590/1679-395174726>



- KASPER, A. A.; LOCH, M. V. P.; PEREIRA, V. L. D. V. Alunos com deficiência matriculados em escolas públicas de nível fundamental: algumas considerações. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 31, p. 231-243, 2008. <https://doi.org/10.1590/S0104-40602008000100014>
- LEITE, F. D. *et al.* Avaliação do efeito do Fundeb sobre a proficiência em matemática dos alunos do ensino médio no estado do Amazonas. **Revista de Estudos Sociais**, Cuiabá, v.19, n.39, p.19-35. 2017. <https://doi.org/10.19093/res4384>
- LEITE, M. S.; SILVA, V. S. Cotas raciais no Ensino Médio: processos de identificação e diálogo intercultural crítico. **Revista de Educação PUC-Campinas**, Campinas, v. 21, n. 3, p. 295–310, 2016. <https://doi.org/10.24220/2318-0870v21n3a3442>
- LIMA, D. C. B. P.; REGO, T. L. Educação das relações étnico-raciais na educação infantil. **Revista Contemporânea de Educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, p.175- 191, 2017. <https://doi.org/10.21723/riaee.v17iesp.1.15859>
- LOBO, C. A.; COSTA, J. B. Quando o estado não chega: a eficácia de programas educacionais em assentamentos, comunidades indígenas e quilombolas. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.38, p. 1-25, 2022. <https://doi.org/10.1590/0102-469826309>
- LORENZO, R. A. As ações afirmativas para afrodescendentes articuladas a partir de parcerias intersetoriais: uma análise argumentativa do caso geração XXI. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 19, n. 63, p. 697-713, 2012. <https://doi.org/10.1590/S1984-92302012000400008>
- LOUREIRO, C. R. M. J.; SILVA, R. L. Políticas públicas de educação inclusiva: desafios à formação de estudantes público-alvo da educação especial. **Revista de Estudos em Educação e Diversidade**, Itapetinga, v. 2, n. 3, p. 196-210, 2021. <https://doi.org/10.22481/reed.v2i3.8090>
- MARIALVA, M. E. A.; RODRIGUES, A. P.; AQUINO, P. S. A. Financiamento da educação no contexto do federalismo: limites e possibilidades do regime de colaboração. **Revista Educação e Políticas em Debate**, Uberlândia, v. 10, n. 1, p. 46–62, 2021. <https://doi.org/10.14393/REPOD-v10n1a2021-57799>
- MATOS, M. S.; BISPO, A. M. C.; LIMA, E. A. C. Educação antirracista e a lei 10.639/03: uma proposta de implementação a partir do novembro negro do IFBA. **HOLOS**, Rio Grande do Norte, v. 2, p. 349–359, 2017. <https://doi.org/10.15628/holos.2017.4861>
- MELETTI, S. M. F. Indicadores Educacionais sobre a Educação Especial no Brasil e no Paraná. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 39, n. 3, 2014. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-31432014000300009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 04 mai. 2022.
- MENDONÇA, J. B.; SCHMIDT, K. C. S. O Gasto Aluno Ano e o Fundeb: uma análise do financiamento da educação básica dos municípios de Araquari, Florianópolis e Joinville/SC. **FINEDUCA – Revista de Financiamento da Educação**, Porto Alegre, v. 11, n. 11, p. 1-19, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/104016/61676>. Acesso em: 04 mai. 2022.



PIKETTY, Thomas. **Capital e ideologia**. Tradução Maria de Fátima Olivado Couto, Dorothee de Bruchard. 1ª ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

MOURA, E. P. G.; ZUCCHETTI, D. T.; B., M. A. B. F. Educação e redução de desigualdades: um estudo colaborativo Brasil-Portugal. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas v. 17, n. 3, p. 514–522, 2015. <https://doi.org/10.20396/etd.v17i3.8638238>

MOURA, M. R. S.; TAMBORIL, M. I. B. “Não é assim de graça!”: Lei de Cotas e o desafio da diferença. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo. v. 22, n. 3, p. 593-601, 2018. <https://doi.org/10.1590/2175-35392018035604>

OLIVEIRA, G. R.; SOUZA, A. M.; VALENTIM, S. S. O ensino de ciências e a desconstrução de noções biologizantes e pseudocientíficas sobre ações afirmativas: em defesa das cotas raciais. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, Goiânia, v. 13, n. edição especial, p. 57-81, 2021. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1236>. Acesso em: 4 mai. 2022.

QUEIROZ, R. M.; AMARAL, S. M. P. Relações étnico-raciais: significados e sentidos a partir de narrativas de crianças marajoaras **Revista Educação e Políticas em Debate**, Uberlândia, v. 9, n. especial, p. 851–864, 2020. <https://doi.org/10.14393/REPOD-v9nEspeciala2020-54854>

RAFANTE, H. C. *et al.* Impactos da política de educação especial (2008) no Ceará e em Fortaleza. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.45, p. 1-21, 2019. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/51889>. Acesso em: 4 mai. 2022.

RIBEIRO, A. C. Desigualdade no Financiamento da Educação Básica: panorama do valor anual total por aluno (VAAT) para o novo Fundeb. A oferta do Ensino Fundamental no contexto do FUNDEB. **FINEDUCA – Revista de Financiamento da Educação**, Porto Alegre, v. 12, n. 6, p. 1-21, 2022. <https://doi.org/10.22491/2236-5907108593>

SANTANA, J. F.; MEDEIROS, L. B.; GONÇALVES, M. C. O Direito à Educação do Campo no estado do Piauí no contexto do FUNDEB. **FINEDUCA – Revista de Financiamento da Educação**, Porto Alegre, v. 10, n. 29, p. 1-21, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/103676/58659>. Acesso em: 4 mai. 2022.

SANTOS, A. N.; CALLEGARI, C. O.; CALLEGARI, A. C. R. Avaliação da equidade redistributiva da Complementação da União no Novo FUNDEB. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, Arizona, v.30, n.46, p 1-28, 2022. <https://doi.org/10.14507/epaa.30.6754>

SCHABBACH, L. M.; ROSA, J. G. L. Segregar ou incluir? Coalizões de defesa, ideias e mudanças na educação especial do Brasil. **RAP - Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 55, n.6, p. 1312-1332, 2021. <https://doi.org/10.1590/0034-761220210034>

SILVA, G. M. S.; LEÃO, L. T. S. O paradoxo da mistura: identidades, desigualdades e percepção de discriminação entre brasileiros pardos. **Revista Brasileira de Ciências**



Sociais, São Paulo, v.27, n.80, p.117-135, 2012. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092012000300007>

SILVA, K. A. *et al.* Direitos Humanos e Educação Especial: a inclusão de alunos/as surdos/as no Distrito Federal. **DELTA: Documentação de estudos em linguística teórica e aplicada**, São Paulo, v. 36, p. 4, p. 1-26, 2020. <https://doi.org/10.1590/1678-460X2020360409>

SILVEIRA, I. M. *et al.* Avaliação do efeito do FUNDEB sobre o desempenho dos alunos do ensino médio no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v.47, n.1, p.7 - 43, 2017. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8007>. Acesso em: 4 mai. 2022.

SJR. **Scimago Journal & Country Rank**. 2023. Disponível: <https://www.scimagojr.com/>. Acesso em: 25 mar.2023.

SOBREIRA, R.; CAMPOS, B. C. Investimento público em educação fundamental e qualidade de ensino: avaliação regional dos resultados do FUNDEF. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.42, n.2, p.327 – 346, 2008. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122008000200006>

SONOBE, A. K.; PINTO, J. M. R. Qualidade e equidade das condições de oferta no ensino fundamental. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, v. 17, n. 1, p. 42–57, 2015. <https://doi.org/10.20396/etd.v17i1.8634817>

SONOBE, A. K.; PINTO, J. M. R.; RIBEIRO, J. M. C. Análise da evolução dos gastos por aluno em alguns estados brasileiros, suas respectivas capitais e sua relação com o Fundeb. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 395–411, 2018. <https://doi.org/10.21573/vol34n22018.86366>

SOUSA, C. T.; NORONHA, G. C. A cultura afro-brasileira: apresentada nas aulas de História do Ensino Médio articulada à obra Diário de Bitita. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades**, Fortaleza, v. 3, n. 2, p. 1-22, 2021. <https://doi.org/10.47149/pemo.v3i2.4429>

SOUSA, D. M.; SILVA, C. S.; SANTOS, R. M. O Ensino de Ciências Naturais e a Construção de um Currículo Educacional Antirracista na Escola Bernardino Pereira de Barros, Abaetetuba-PA. **Revista Insignare Scientia - RIS**, v. 3, n. 4, p. 212-231, 2020. <https://doi.org/10.36661/2595-4520.2020v3i4.11815>

SOUSA, Luana Mateus de *et al.* Gestão escolar e ações afirmativas: ensino de história e cultura afro-brasileira e africana em uma escola pública de Redenção-CE. **Revista expressão católica**, Quixadá, v.6, n.2, p.56-62, 2018. <http://dx.doi.org/10.25190/rec.v6i2.2125>

SOUZA, Â. R.; GOUVEIA, A. B. Os trabalhadores docentes da educação básica no Brasil em uma leitura possível das políticas educacionais. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, Arizona, v.19, n. 35, p. 1- 18, 2011. <http://epaa.asu.edu/ojs/article/view/860>



SOUZA, F. F. de *et al.* Políticas e práticas de educação inclusiva: condições e contradição no cotidiano de uma escola de ensino fundamental. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, Arizona, v.22, n.82, p. 1-23, 2014. <http://dx.doi.org/10.14507/epaa.v22n82.2014>

TADA, I. N. C. *et al.* Conhecendo o Processo de Inclusão Escolar em Porto Velho – RO. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 28 n. 1, p. 65-69, 2012. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722012000100008>

TEIXEIRA, C. S. S.; LIMA, C. M. D.; SILVA, C. C. G. Educação escolar quilombola: percursos e desdobramentos dessa ação afirmativa. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 16, n. 36, p. 789–808, 2022. <https://doi.org/10.22420/rde.v16i36.1614>

TOMAIM, V. R. R.; TOMAIM, C. S. O professor e as relações étnico-raciais: os desafios e as contribuições da Lei nº 10.639/2003. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, n. 7, p. 88–104, 2009. <https://doi.org/10.22633/rpge.v0i7.9255>

TRIPODI, Z. F.; DELGADO, V. M. S.; JANUÁRIO, E. Ação afirmativa na educação básica: subsídios à medida de equidade do FUNDEB. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 43, p. 1-17, 2022. https://doi.org/10.1590/ES.254823_pt

VALENTE, A. L. Ação afirmativa, relações raciais e educação básica. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 28, p. 62-77, 2005. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782005000100006>

Submissão: novembro de 2023.

Aceite: novembro de 2023.